

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:  
2720456320200521103817

Processo 0803331-47.2019.8.23.0010 ☆ - (471 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Descrição:

78 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 78

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 78	21/05/2020 10:38:17	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>78.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2566063PETICAOINTERLABANDONOAUTOR021.pdf</div><div>Público</div></div>			
		DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
77	12/05/2020 00:19:42	(P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 71) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (21/04/2020) e ao evento de expedição seq. 73.	SISTEMA CNJ
		DECORRIDO PRAZO DE JONATTHAN JORGE DE SOUZA	
76	12/05/2020 00:19:42	(P/ advgs. de Jonathan Jorge de Souza *Referente ao evento (seq. 71) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (21/04/2020) e ao evento de expedição seq. 72.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
75	29/04/2020 11:35:32	(Pelo advogado/curador/defensor de Jonathan Jorge de Souza) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 71) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (21/04/2020) e ao evento de expedição seq. 72.	MARLON TAVARES DANTAS Advogado
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
74	22/04/2020 09:04:44	(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 71) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (21/04/2020) e ao evento de expedição seq. 73.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
73	21/04/2020 19:30:42	Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 71) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (21/04/2020)	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
72	21/04/2020 19:30:41	Para advogados/curador/defensor de Jonathan Jorge de Souza com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 71) DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS (21/04/2020)	JAILSON MEDEIROS TEIXEIRA Analista Judiciário
<div><div></div></div> 71	21/04/2020 19:17:00	DETERMINAÇÃO DE DILIGÊNCIAS	JARBAS LACERDA DE MIRANDA Magistrado
		CONCLUSOS PARA DESPACHO	
70	16/04/2020 13:16:50	Responsável: JARBAS LACERDA DE MIRANDA	ADILVANE BORSATTO Analista Judiciária
		DECORRIDO PRAZO DE JONATTHAN JORGE DE SOUZA	
69	13/03/2020 00:06:02	(P/ advgs. de Jonathan Jorge de Souza *Referente ao evento (seq. 66) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/02/2020) e ao evento de expedição seq. 67.	SISTEMA CNJ
		LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA	
68	24/02/2020 00:01:16	(Pelo advogado/curador/defensor de Jonathan Jorge de Souza) em 27/02/2020 com prazo de 10 dias úteis *Referente ao evento (seq. 66) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/02/2020) e ao evento de expedição seq. 67.	SISTEMA CNJ
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO	
67	12/02/2020 11:27:33	Para advogados/curador/defensor de Jonathan Jorge de Souza com prazo de 10 dias úteis - Referente ao evento (seq. 66) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (12/02/2020)	Graciela Joanice Pacheco Rodrigues Analista Judiciária
<div><div></div></div> 66	12/02/2020 11:27:14	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	Graciela Joanice Pacheco Rodrigues Analista Judiciária
<div><div></div></div> 65	16/12/2019 16:10:55	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08033314720198230010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JONATHAN JORGE DE SOUZA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem informar e requerer o que segue:

Inicialmente cumpre esclarecer que foi designada perícia médica para apurar o grau de invalidez sofrido pela parte autora em decorrência do acidente noticiado.

Em continuidade, foi expedido mandado de intimação para que a vítima comparecesse no dia e no local designado para realizar a perícia médica.

É importante destacar que a realização da perícia é um ato indispensável ao deslinde da demanda, na medida em que o pagamento deve ser realizado de forma proporcional ao grau de invalidez, verificando-se o membro afetado, bem como a intensidade da sequela, consoante enuncia o art. 3º da Lei n.º 6.194/74 e Súmula nº 474 do STJ.

Entretanto, conforme se verifica nos autos, a parte autora **não compareceu para a realização da perícia designada, EMBORA INTIMADA PESSOALMENTE!**

Assim, deixando a parte autora de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada, embora devidamente intimado para tanto, é de se considerar preclusa prova técnica indispensável para o destrame da questão.

Neste sentido são os recentes entendimentos firmados pelos Tribunais pátrios. Vejamos:

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. PERÍCIA MÉDICA. INTIMAÇÃO REALIZADA NO ENDEREÇO CONSTANTE NA INICIAL. NÃO COMPARECIMENTO DO AUTOR. ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1 - A Lei nº. 6.194/74, com as modificações inclusas pela Lei nº. 8.441, de 13 de julho de 1992, determina que o Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente deve quantificar as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins do seguro previsto, através de laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, conforme preceito do art. 5º, §5º, do citado dispositivo normativo. 2 - Vislumbra-se nos autos que foi proferida decisão pelo Juízo monocrático designando data para realização de exame pericial e tentativa de conciliação, tendo o magistrado determinado a intimação da autora por carta com aviso de recebimento. 3 - No caso concreto, a parte autora foi intimada, por Aviso de Recebimento AR, no endereço constante como sendo o de sua residência. Ressalta-se que o aviso de recebimento

não precisa, necessariamente, ser assinado pela autora para dar validade a sua intimação, mas tão somente a remessa da via postal ao endereço apontado na exordial. 4 - Assim, deixando a parte promovente de comparecer injustificadamente à perícia médica previamente designada para aferição do grau de invalidez decorrente de acidente de trânsito, embora devidamente intimada para tanto, é de se considerar preclusa a prova imprescindível para a constatação da referida incapacidade, razão pela qual deve ser mantida a improcedência da ação. 5 - Apelação cível conhecida e desprovida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima indicadas, ACORDA a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em CONHECER DO RECURSO para NEGAR-LHE PROVIMENTO. (Relator TEODORO SILVA SANTOS; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 14ª Vara Cível; Data do julgamento: 29/08/2018; Data de registro: 30/08/2018).”

Não é outro o entendimento do Tribunal do Rio Grande no Norte, *in verbis*:

“PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. PROVA ESSENCIAL À GRADUAÇÃO DA LESÃO. PARTE AUTORA QUE, APESAR DE INTIMADA, NÃO COMPARECEU À PERÍCIA DESIGNADA PELO JUÍZO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO DA PROVA. TESE AFASTADA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. 1. A prova da condição de invalidez permanente causada por acidente de trânsito é requisito necessário para ensejar o pagamento da indenização prevista no art. 3º, II, da Lei nº 6.194/74. 2. Tendo havido a intimação pessoal da parte para comparecer à perícia bem como a sua ausência sem qualquer justificativa, denota-se que não houve êxito em comprovar os fatos e fundamentos constitutivos do seu direito, a teor do disposto no artigo 373, inciso I, do CPC/2015. 3. Precedentes do TJRN (AC nº 2018.003918-5, Relª. Desª. Judite Nunes, 2ª Câmara Cível, j. 19/06/2018; AC nº 2017.008898-9, Rel. Des. Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 17/10/2017). 4. Recurso conhecido e desprovido. (Apelação Cível nº 2017.016704-1; 2ª Câmara Cível do TJRN, Relator Desembargadora Judite Nunes – Data de Julgamento: 21/08/2018).”

Sendo assim, tendo em vista que a parte autora não se apresentou para a realização da perícia, o que restou preclusa a oportunidade para realização de prova pericial, deixando de comprovar o ônus que incumbia-lhe, requer a **IMPROCEDÊNCIA** da presente demanda, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 19 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

